

Dornelles quer superar divergências

O Congresso Nacional terá de decidir quanto pretende conceder de aumento de arrecadação ao Governo a partir do próximo ano. Essa definição é fundamental para a conclusão de um acordo entre o Poder Executivo e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A constatação é do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), relator da Comissão Especial de Parlamentares que analisa a proposta de ajuste fiscal enviada pelo Governo ao Congresso Nacional. Antes de concluir seu parecer, Dornelles promete ouvir representantes de todos os partidos. "Esse parecer será como carta em Minas Gerais. Primeiro vou receber todas as respostas para depois escrever a carta", brincou Dornelles.

O ex-secretário da Receita Federal quer que todas as divergências em relação ao ajuste sejam superadas dentro da Comissão, para garantir que as mudanças tributárias sejam aprovadas pelo Congresso na primeira semana de dezembro. O representante do PDT na Comissão, deputado Eden Pedrosa (RS), lembrou que os partidos de esquerda vão apresentar suas propostas ao relator e poderão também levar emendas ao plenário do Congresso. E garantiu que a vota-

ção do ajuste fiscal vai depender da concordância dos partidos governistas em votar os vetos do presidente Collor à lei salarial. Se não houver acordo nesse sentido, o ajuste fiscal poderá não ser votado, prejudicando o entendimento entre o Governo e o Fundo Monetário Internacional, ponderou Pedrosa.

O relator já tem as linhas mestras do que pretende propor em seu parecer, que pretende apresentar na próxima segunda-feira, e quer que depois desse prazo os parlamentares tenham pelo menos dois dias para analisar a proposta antes de ser votada pela Comissão Especial. Para as pessoas físicas, Dornelles quer manter as alíquotas de 15 e 25% de imposto de renda como propõe o Governo, retirando da proposta do Executivo a alíquota de 35%, pois está convencido de que essa taxa elevada traria poucos ganhos ao fisco e estimularia a sonegação.

Empresas

Para as empresas, Dornelles vai propor dois tipos de tratamento. As maiores fariam o recolhimento do IR de 1991 nos primeiros seis meses de 1992 e no segundo semestre do ano que vem começa-

riam a recolher, antecipadamente, o IR sobre uma previsão de lucro. As pequenas e médias empresas somente começariam antecipar o IR do ano que vem a partir de setembro e passariam, gradualmente, para um sistema de recolhimento chamado "bases correntes", ou seja, pagando o imposto a cada dois meses ao longo do ano, mas somente entrariam definitivamente nesse esquema em 1994. Dornelles admite que ainda terão de ser feitas as contas, para conferir se essa proposta significa alguma perda para o Governo, que prevê um aumento da ordem de US\$ 6 bilhões em 1992. Ontem, durante um seminário realizado pela Comissão, os tributaristas Ives Gandra e Bulhões Pedreira reafirmaram sua concordância de que a antecipação do recolhimento do IR pelas empresas é constitucional. Gandra também fez elogios à proposta do deputado Flávio Rocha (SP) de criação de um imposto complementar de 0,1% sobre todas as transações financeiras. Na sua opinião, já que exige uma emenda constitucional, esse imposto poderia substituir outros em vigor, incluindo o Finsocial "que é totalmente inconstitucional", afirmou.